

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

CERTIDÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 08/04/2013

APROVADA EM MINUTA, NOS TERMOS LEGAIS, NA PARTE RESPECTIVA

João Paulo Fraga, Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Mirandela:

CERTIFICA que, da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mirandela realizada em 08 de abril de 2013, aprovada em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, consta uma deliberação do seguinte teor:

“03 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2012 – CMM.

----- Foram presentes os documentos de Prestação de Contas, referentes à Gerência de 2012, organizados em conformidade com o POCAL e de acordo com a resolução n.º 4/2001-2.ª secção, do Tribunal de Contas, os quais se dão por reproduzidos.

Deste documento consta uma “Introdução” elaborada pelo Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO*, do seguinte teor:

“O Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2012 pretendem responder aos requisitos legais e traduzir de forma esquemática e descritiva a atividade do Município durante o ano económico a que respeitam, o qual corresponde também ao ano civil. Estes documentos permitem ainda avaliar a execução dos objetivos previstos no Orçamento e Grandes Opções do Plano.

A publicação de novos diplomas reguladores da atividade financeira municipal, nomeadamente, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, motivou uma nova abordagem na gestão financeira municipal, provocando constrangimentos na aquisição de serviços diversos como os transportes e refeições escolares, entre outros.

Não obstante as dificuldades expressas pela publicação da supra citada legislação, foi assumido o seu integral cumprimento e observância, bem como a adequação de todas as vertentes da atividade municipal aos procedimentos impostos.

O presente exercício fica ainda marcado pelo processo de integração dos Serviços Municipalizados de Águas que se refletiu numa oscilação na despesa paga e receita arrecadada de cerca de dois milhões de euros, com especial impacto nas despesas correntes, fruto do tipo de operação/atividade destes serviços.

A perda de receitas municipais operada pela via das reduções nas transferências do Orçamento de Estado que, no caso do Município de Mirandela, correspondeu a uma redução de 538.206,00 € em 2012 a acrescer aos 1.009.899,00 € reduzidos em 2011, determinou uma intervenção urgente no que à sustentabilidade financeira municipal diz respeito.

Considerando que a desaceleração imediata da atividade autárquica sem a conseqüente consolidação financeira do Município teria conseqüências ainda mais gravosas para as populações e para os agentes económicos, sobretudo os de índole local e ainda a necessidade de implementar, de forma concertada e harmoniosa, as medidas avulsas impostas aos municípios resultantes do memorando da Troika e previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2012, tal como já foi anteriormente mencionado, entendeu-se como conveniente o recurso a um empréstimo de saneamento financeiro que permitisse não só a consolidação de passivos financeiros do Município, mas fundamentalmente injetar na economia recursos financeiros para liquidação de dívidas, possibilitando assim, o saneamento e a garantia de sustentabilidade de inúmeros agentes económicos com conseqüências diretas na manutenção de postos de trabalho.

Durante o ano de 2012 promoveu-se a elaboração do Plano de Saneamento Financeiro e a sua correspondente submissão ao Tribunal de Contas, assumindo-se desde logo a implementação das medidas propostas e passíveis de aplicação, nomeadamente medidas de eficiência organizacional, medidas de economia e redução de despesa e medidas de aumento de receita, medidas específicas necessárias para atingir uma situação financeira equilibrada, no que respeita, por exemplo, à contenção da despesa com o pessoal durante o período de saneamento financeiro, respeitando o princípio de otimização na afetação dos recursos humanos do município.

Refira-se que em 2012 não existiu qualquer recurso a receitas extraordinárias, assumindo-se o esforço de contenção que se traduziu na estabilização do passivo com uma efetiva redução de dívida como determinado na Lei do OE 2012 e fruto do processo de racionalização e contenção entretanto determinado.s

Ao nível da despesa continuou a verificar-se a tendência de crescimento do consumo e o aumento tarifário anual da distribuição em alta das diversas “utilities” (água, saneamento, resíduos, etc.) e que mais uma vez não foi compensado com a harmonização tarifária das redes em baixa, o que implicou a afetação de receitas correntes à compensação efetiva dos encargos e do deficit destes fornecimentos de serviços.

A forte aposta na construção de redes de abastecimento de água, em redes de drenagens de águas residuais e em sistemas de tratamento, bem como a dispersão de sistemas de recolha de resíduos indiferenciados e seletivos, realizada ao longo dos

últimos anos, permitiu uma cobertura integral de todo o concelho com taxas de atendimento de 99%, incrementando também os custos de operação e manutenção das redes mas contribuindo para um gradual crescimento dos indicadores ambientais locais.

Sempre com o objectivo de não colocar em causa a qualidade da prestação de serviços, continuaram a ser reforçadas as soluções de redução e racionalização de auto-consumo, designadamente, da água utilizada na rega das extensas áreas verdes da cidade de Mirandela e também da energia eléctrica em especial da iluminação pública de modo a diminuir o já referido deficit operacional.

Considerando que os níveis de evolução das áreas verdes tratadas e dos serviços de salubridade urbana continuaram numa tendência ascendente, aumentando as áreas cobertas e alargando os serviços prestados procurou-se também a manutenção dos níveis de qualidade que tornaram Mirandela numa referência regional.

No presente exercício, tal como nos anteriores, continua a identificar-se também o contínuo crescimento das despesas com a Educação, em especial com os transportes e as refeições escolares, bem como das despesas associadas à manutenção do Parque Escolar do 1º Ciclo. Estas rubricas continuam a assumir uma considerável preponderância no cômputo geral da despesa sem que exista qualquer tipo de compensação por parte da receita que não sejam as transferências do Governo Central. Não obstante o aumento de serviços nestes setores foi possível uma redução global da despesa corrente o que traduz a racionalidade implementada para fazer face aos novos constrangimentos orçamentais mais uma vez sem colocar em causa os serviços prestados aos alunos.

A necessidade de contenção levou também à reavaliação das opções de investimento pelo que durante o ano de 2012 foi ainda desenvolvido um processo de reprogramação dos diversos programas de financiamento comunitário, assente em diretivas governamentais, o que implicou um renegociação de todos os projetos entretanto aprovados e a redução dos valores plurianuais de investimento previstos.

Investimentos prioritários como a construção do edifício da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo ou algumas componentes da tua Mirandela – Parceria para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Mirandela, continuaram o seu percurso normal considerando a sua importância estratégica no contexto local e mesmo regional, no entanto assumiu-se a redução dos valores globais de projetos aprovados.

Não obstante as diferentes dificuldades já manifestadas o Município de Mirandela continuou a assumir o seu papel de suporte e incentivo à sociedade civil local, quer ao nível desportivo, quer ao nível cultural, recreativo ou social. A relevância das transferências correntes e de capital efetuadas para as diversas entidades e instituições revelam claramente o papel preponderante que o Município de Mirandela tem na dinamização da sociedade civil, papel do qual não abdicou.

A multiplicidade de eventos desportivos, culturais ou lúdicos, o apoio à construção de equipamentos sociais, o apoio à sustentabilidade das coletividades desportivas e culturais de referência, são encargos com enorme significado no orçamento da despesa mas certamente compensados pela dinâmica territorial de que Mirandela beneficia no contexto regional e mesmo nacional.

De forma inequívoca, de acordo com a estratégia que tem sido assumida pelo Executivo Municipal, o ano de 2012 foi demonstrativo do desempenho da autarquia como parceiro, promotor e financiador ativo e transversal na dinamização económica local e na promoção e valorização territorial e na animação da economia local.

Considerando as dificuldades sociais generalizadas foi também assumido durante o ano de 2012 o reforço da componente social quer através do Regulamento de Apoios Económicos e Acção Social Escolar quer pela implementação de um Plano de Emergência Social e o reforço da actividade da Rede Social através do Conselho Local de Acção Social.

A nível interno o processo de Certificação em Qualidade em muito contribuiu para o reforço do planeamento ao nível dos diversos serviços municipais, para um aumento generalizado da eficácia e o estabelecimento de metas e indicadores concretos e mensuráveis associado a processos de formação e qualificação interna que contribuíram para um melhor desempenho global dos serviços.

O Relatório de Atividades traduz o desempenho dos múltiplos serviços municipais, relevando um papel fulcral no apoio ao município e no cumprimento integral das competências municipais de salvaguarda da salubridade, do ambiente urbano, das acessibilidades e, essencialmente, no bem-estar dos municípios de forma generalizada.

A competência de toda a estrutura dirigente e o empenho nem sempre reconhecido dos trabalhadores municipais, não se resume certamente à síntese traduzida no Relatório, sendo efetivamente demonstrativa da multiplicidade de serviços e tarefas que diariamente são realizadas em prol dos municípios.

A continuidade deste percurso de racionalidade e responsabilização traduziu-se na manutenção de uma atitude de contenção sem colocar em causa a resposta às solicitações correntes mas também de opções estratégicas a longo prazo como a manutenção do ensino superior em Mirandela, a aposta no ensino profissional especializado e na valorização territorial.

Em 2012 assumiu-se a necessidade de fazer opções, assumiu-se a necessidade de respeitar as condições determinadas superiormente e principalmente a necessidade de alterar muitos dos processos de gestão internos, no entanto não se abandonou a ambição e a certeza do papel de Mirandela no contexto regional e a sua singular atitude local.

O presente documento demonstra de forma clara e transparente a atividade da Câmara Municipal de Mirandela durante o ano de 2012, traduzindo também a determinação em continuar a enfrentar as dificuldades e a contribuir de forma evidente para o desenvolvimento integrado e coeso do concelho de Mirandela e da população em geral.

Enquadramento legal:

Em cumprimento do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais e do n.º 2 do Ponto 2 das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL, elaborou-se o presente Relatório de Gestão e Contas relativas ao ano económico de 2012, para que, em conformidade das disposições legais definidas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-a/2002, de 11 de janeiro, designadamente na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º, as mesmas sejam votadas por parte do Executivo e da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º e submetidas ao controlo jurisdicional do Tribunal de Contas.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PSD e três votos contra, sendo dois dos membros do PS e um do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2012 da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.**

----- Os Senhores Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2012

Da análise dos documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão referentes ao ano de 2012, vale a pena refletir sobre as opções políticas estratégicas deste executivo, de maioria PSD e avaliar a implementação de medidas de diferenciação positiva para as empresas do nosso concelho e para os Municípios.

Podemos afirmar que à semelhança dos anos anteriores, a gestão do Município fica aquém do rigor orçamental exigido aos responsáveis políticos. Hoje torna-se ainda mais complicado justificar o buraco de 32 milhões de euros. E repito 32 milhões de euros.

Num concelho como o nosso, com 23.850 habitantes (INE 2011), cada um dos Municípios, incluindo os mais novos, teria que pagar um valor acima de 1.340 € para honrar os compromissos assumidos por este executivo. Tratando-se de um valor atual, a que crescem ainda os juros dos empréstimos contraídos. E vejamos... Chegámos a estes montantes com total desresponsabilização dos culpados por esta situação financeira.

Se nos dissessem, quando tínhamos 15 anos e andávamos na escola secundária, agora num estado miserável, que chegaríamos à falência das contas da Câmara e que os responsáveis não pagariam pela incompetência, não acreditaríamos. Porque nessa escola quem estudava e cumpria os regulamentos, tinha boas notas e aumentaria as probabilidades de seguir para o ensino superior. Na vida, em particular na má gestão pública, não se cumprem as regras, tiram-se más notas e não há qualquer penalização dos responsáveis. Quem paga somos nós. E estamos todos a pagar pela incompetência de uns quantos. É realmente, muito injusto.

Este é certamente o maior problema dos cidadãos, criado pelos políticos. Para chegar ao topo, não precisam de demonstrar que são excelentes gestores e políticos sérios, honestos e competentes. Tem a grande vantagem de que quando caem do cume, e acontece sempre – mais cedo ou mais tarde – não prestam contas a ninguém. Fazem dívidas, deixam empréstimos, gerem mal e ninguém é responsabilizado.

No País é frequente a desculpabilização com a gestão anterior, como referi na análise do ano passado. No entanto, em Mirandela são os mesmos que temos hoje aqui sentados.

Em resumo, acontece mais uma vez, o desnorte na elaboração de um Orçamento, que o torna irreal para 2012, como se pode constatar pela seguinte análise:

- **Na receita Previsional** com Dotação de 51.664.344,00 €, foi executado 20.548.846,92 € o que corresponde um grau de execução de 39,77% e um desvio orçamental de 60,23%.
- **Na despesa Previsional** com Dotação de 51.664.344,00 €, foi executado 43.332.028,86 € o que corresponde um grau de execução de 83,87% e um desvio orçamental de 16,13%.

Dado que a análise e dúvidas mais relevantes foram apresentadas e debatidas pelo Vereador João Casado, em discussão anterior à votação, destacamos nesta declaração de voto, três questões basilares:

1. Na receita, a execução foi de 20.548.846,92 € e após modificações a previsão ficou em 33.824.269,34 €. Em termos percentuais, arrecadamos somente 60,75€ do montante que prevíamos. Já do lado da despesa, gastamos

128,10% relativamente ao previsto. Ou seja, a execução foi de 43.332.028,86 € e a previsão após modificação ficou em 33.824.269,34 € (quadro 1);

| | | | |
|----------------|----------|----------------|----------------|
| Receita | Execução | 20.548.846,92€ | 60,75% |
| | Previsão | 33.824.269,34€ | |
| Despesa | Execução | 43.332.028,86€ | 128,10% |
| | Previsão | 33.824.269,34€ | |

2. Na despesa de 2012, foram apresentados aos valores das despesas correntes efetivamente pagas (15.257.023,16 €) e o valor das Despesas de Capital pagas (4.460.129,32 €), e não o valor das despesas realmente efetuadas (pagas e não pagas) que ascende a um montante global de despesa de 43.332.028,86 €, em vez dos 19.717.152,48 €, que constam do Relatório. Esta operação consegue criar um valor de despesa irreal equiparado ao valor da receita, e por outro lado afirma “acertaram o valor para contenção da Receita mas esqueceram-se de o acertar em contenção para a Despesa”;
3. O Princípio do Equilíbrio Orçamental (alínea e) do ponto 3.1.1. do Pocal refere que “O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. No entanto, no ano de 2012 verifica-se, mais uma vez, o incumprimento deste Princípio, uma vez que não foram incluídas o total das despesas efetuadas mas o total das despesas pagas.

| | | |
|-----------------------------------------|----------------------|-------------|
| Plano de Saneamento (Empréstimo) | 7.600.000,00€ | 100% |
| Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro | 3.994.688,71€ | 53% |
| Associação de Municípios | 780.676,36€ | 10% |
| Resíduos do Nordeste | 599.898,43€ | 8% |
| Total a pagar a 3 fornecedores | 5.375.263,50€ | 71% |
| Valor para pagar aos restantes | 2.224.736,50€ | 29% |

Esta operação de “cosmética financeira” compromete o valor real dos números que nos apresentam.

Convém ainda referir que o empréstimo a duas instituições bancárias, no valor de 7,6 Milhões de euros, incluído no Plano de saneamento financeiro da Autarquia, não paga os 19,5 Milhões de euros de dívida (pelos dados disponíveis) a fornecedores e empreiteiros.

Dos 7,6 Milhões de euros, 5,375 Milhões de euros, ou seja 71% vão servir para pagar a três fornecedores, a saber as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (53%), a Associação de Municípios da Terra Quente (10%) e a Resíduos do Nordeste (8%). O valor residual (29%) vai deixar por pagar muitas dívidas acumuladas ao comércio e empresas locais.

Como aconteceu em 2010, 2011 e agora em 2012, agravam-se as preocupações com as contas deste executivo.

Demonstra ser incompetente para gerir eficazmente o dinheiro público, cada vez mais escasso.

À semelhança de anos anteriores não conseguiu atrair novos investimentos, criar condições de inverter a tendência crescente do desemprego no concelho, melhorar os apoios sociais, incentivar a economia local, estimular o turismo, qualificar as nossas escolas, concluir projetos há muito parados (Museu do Azeite), iniciar projetos há muito adiados (complexo desportivo, polidesportivos de Carvalhais e do Romeu, escola de artes, habitações sociais).

Como disse no início desta declaração, vale a pena refletir sobre as opções políticas estratégicas deste executivo. Vejamos as prioridades...

É prioritário investir na construção do edifício da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, do IPB, mas não é urgente e inadiável investir na qualificação das nossas escolas Luciano Cordeiro e a Escola Secundária?

É prioritário investir num hospital privado, mas não é urgente e inadiável bloquear a saída desenfreada de valências, que põe em causa o funcionamento dos nossos centros de saúde e unidade hospitalar, abandonando a prestação de cuidados de saúde de qualidade aos nossos Municípios?

Não é prioritário o investimento de uma unidade móvel de saúde, que existe em tantos concelhos nossos vizinhos?

Constrói-se ou não, o anunciado acesso ao nó oeste de Mirandela?

A redução das taxas aos Municípios e empresas sedeadas no concelho é uma medida de diferenciação positiva, que deveria ser aplicada em Mirandela. Havendo rigor na gestão do Município, facilmente se poderia aliviar a carga fiscal das nossas famílias e empresas. Ou seja, reduzindo a despesa em gastos supérfluos, não precisamos de arrecadar mais receita paga pelos Municípios.

Mirandela não tem um Plano Estratégico.

Não são planeados os investimentos prioritários nem a aposta na distinção de Mirandela nos setores da educação, da saúde, do turismo, da agricultura e agro-indústria.

Onde queremos estar daqui a 20 anos? Como vamos fazer para lá chegar? Foram antecipados os impactos das alterações de rotas de excursionistas com as novas vias do IC5 e IP2. Foram avaliadas soluções e alternativas? É óbvio que não.

A verdade é que Mirandela tem grandes desafios no futuro.

Investir na mobilidade dentro do concelho, apostar na agricultura e no desenvolvimento rural, divulgar as vantagens de viver em Mirandela (redução de impostos, acesso a cuidados de saúde de qualidade e a uma educação de excelência), criar rotas de turismo religioso (temos igrejas deslumbrantes), dar a conhecer o concelho aos nossos jovens, as tradições (se fizéssemos um inquérito a alunos do secundário, veríamos quantos conheciam todas as freguesias e o mundo rural), abrir este Palácio dos Távoras aos nossos visitantes. Enfim...mais projetos, ideias inovadoras e melhores gastos.

Não é impossível, basta canalizar as energias para implementar soluções que as pessoas reconhecem como vantajosas.

Acredito que se conseguem bons resultados sem ter que fazer trabalho menos transparente em períodos eleitorais, pressionar os nossos conceterrâneos pelo emprego, por este ou aquele benefício, com estas e outras ameaças.

Essa é a parte da vida política que gasta energia, produz ruído e não trás nada de bom, só leva ao afastamento progressivo dos melhores quadros.

A verdade é que Mirandela tem: condições naturais (uma beleza estrondosa), humanas (pessoas trabalhadoras e afáveis; temos talentos únicos no desporto, na música, na restauração, entre outras) e conjunturais (excelentes empresários, estruturalmente empreendedores) e também um bairrismo saudável que aproxima os nossos à Terra.

A Mirandela falta gestão rigorosa das contas públicas e orientação do poder político. Falta transparência e cultura democrática. Falta um orçamento participado e a aproximação dos cidadãos aos órgãos de poder local. E permitam-me, porque é importante: falta responsabilidade, transparência e humildade na governação.

Por tudo o que foi referido, votamos contra esta Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2012.”

----- O Senhor Vereador do CDS/PP Arq.º *NUNO DE SOUSA*, apresentou a seguinte declaração de voto:

“DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

O relatório de Prestação de Contas de 2012 da Câmara Municipal de Mirandela, submetido à apreciação deste Executivo, descreve toda a actividade municipal pelo actual Executivo em permanência do PSD. Reflecte ainda, o modo como foram geridos os meios financeiros durante o ano de 2012.

Porém, e antes de qualquer análise política ao documento em causa, quero agradecer aos funcionários desta instituição, que se empenharam profissionalmente na elaboração do relatório de gestão, e salientar que a minha análise e respectiva declaração de voto, a este documento, é estritamente política, enquanto Vereador em regime de não permanência, neste Executivo.

A nota de justificação apresentada pelo Sr. Presidente, é ausente nas desculpas que deve aos Mirandelenses. Foi incapaz de assumir o fracasso de mais de uma década de uma gestão esbanjadora e “negra” para Mirandela. Os responsáveis políticos pela gestão do Município, apresentaram mais uma vez, um contínuo incumprimento das opções estratégicas assumidas no preâmbulo político do orçamento de 2012.

Para uma melhor compreensão, a análise deste documento terá de ser articulada com o Orçamento e PPI para 2012.

Mas o GOP 2012 assumia no seu preâmbulo uma “...*mudança de paradigma na gestão autárquica...*” e assumia ainda “...*como prioritário um processo de saneamento financeiro que represente uma oportunidade de implementar novos mecanismos de gestão e controlo associados a uma profunda reestruturação.*”

Todos nós, Mirandelenses, temos consciência das dificuldades em que nos encontramos actualmente e daquelas que se avizinham, considerando as posições recentemente divulgadas pelo Tribunal Constitucional e sobre as quais, este Governo terá de encontrar alternativas para a diminuição da dívida pública.

Sabemos que é necessário elevar Mirandela a um patamar de sustentabilidade económica e social, e que até agora, tem permanecido uma eterna ilusão.

É verdade que não se pode menosprezar o forte condicionamento financeiro que se vive, hoje, em Portugal, mas no que concerne a Mirandela, a grave situação financeira do Município, sem precedente, resulta de um acumular de políticas eleitoralistas praticadas por este Executivo PSD, anteriores à actual crise económica e financeira, e que pretende a todo o custo, a sua eternização na gestão do Município de Mirandela.

A situação financeira da Câmara Municipal de Mirandela, é já, bem anterior, e foi sempre evidenciada pela Vereação CDS. Sempre alertamos para a necessidade de regularização das dívidas, mas a posição deste Executivo foi de ignorar e irresponsavelmente continuar com as suas estratégias eleitoralistas. E sempre às custas do erário publico:

- Será compreensível, que este Município precise de 575 dias para pagar as suas dívidas a fornecedores, sendo a 7.ª pior Câmara Municipal do País em matéria de pagamentos?
- Será compreensível, que o Município de Mirandela seja a autarquia com a maior dívida no distrito de Bragança?

- Será compreensível, que é preciso uma exigência do Governo e da Troika, para se conhecer a dívida deste município, que andou durante anos a ser “vendida” à Oposição por um valor, quando na realidade esse valor era bem mais elevado? Ou seja, **os responsáveis pela gestão financeira mentiram à Oposição, e mais grave ainda, mentiram aos Mirandelenses.**
- Será compreensível, contraírem-se empréstimos bancários para resolver problemas de insolvência de gestão corrente, como se fizeram em mandatos anteriores?
- Será compreensível, que este Município, ao longo dos últimos anos, tenha-se submetido a programas de pagamento de dívidas a tempo e horas, como o PREDE de 3 milhões de euros e agora os 7,600 milhões de euros no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, colocando o Município numa situação fragilizada e condicionada para futuras gerações de mirandelenses?
- Será compreensível, as candidaturas a fundos comunitários ficarem aquém das expectativas e todos os compromissos estruturantes, que assumiram com os mirandelenses ficarem mais uma vez adiados?
- Será compreensível, ter a economia local estagnar, a reduzir postos de trabalho e a fechar portas, e este Executivo ser incapaz de encontrar soluções que ajudem a atenuar este flagelo da recessão?

O Sr. Presidente de Câmara, Almor Branco e o Sr. Vereador Maçaira, são co-responsáveis políticos desde 2001 e 2005 respectivamente, pela gestão financeira do Município.

Deveriam por isso, ter sabido assumir as consequências políticas, desta situação financeira drástica que a Câmara Municipal de Mirandela tem vindo a atravessar e considerando a contracção de um Plano de Saneamento Financeiro, Mirandela merecia mais humildade política.

Os Mirandelenses não podem, continuamente, estar a pagar mais impostos locais, para sustentar a mentira e a ingerência financeira do Município, pelo executivo em permanência do PSD. Hipotecaram o futuro de gerações vindouras e condicionaram a credibilidade política deste Município, e que outrora era uma referência nacional.

Mais uma vez, o Orçamento de 2012, à semelhança dos anteriores, reflecte a falta de rigor e seriedade política, apresentou-se com um objectivo de receita no valor de 51,6 milhões de euros. As previsões continuaram empoladas, propositadamente, quando as receitas dos anos que antecederam essas previsões, nem a 50% conseguiam chegar. Mas esta situação é um problema sintomático e recorrente.

Também é óbvio que esta metodologia de gestão autárquica, só serviu para “iludir” os Mirandelenses, os fornecedores e empreiteiros desta Autarquia, porque a dívida a estes, foi gradualmente subindo e estagnando em valores, inoportáveis para o Município.

Contudo, a publicidade negativa desta questão, é má para Mirandela e principalmente para esta Câmara Municipal, como instituição idónea que deve ser e por último, para com os seus funcionários, que procuram garantir um serviço de qualidade aos munícipes como contraponto ao serviço público prestado pelos seus gestores políticos.

Com estes orçamentos inflacionados, em cerca de 40%, com esta execução financeira débil, e considerando a conjuntura económica do País, ficou demonstrado mais uma vez que não tinha o “fôlego financeiro” necessário.

O CDS, sempre mostrou através das suas declarações de voto, a sua preocupação com a situação financeira do Município.

Porém, e considerando a implementação do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pelo executivo em permanência, o Tribunal de Contas não foi na “conversa” deste executivo e exigiu uma actualização real do Orçamento, para que pudesse visar os empréstimos solicitados, no valor de **7,6 milhões de euros**.

Assim, a previsão corrigida em Dezembro de 2012, foi reduzida em cerca de **17 milhões de euros**, passando para **33,8 milhões de euros** (que inclui ainda os empréstimos de 7,6 milhões de euros).

Vejam sucintamente, o que nos dizem os números do ano de 2012:

DESPESA

Através do Mapa de Controlo da Despesa, pudemos constatar que o Orçamento 2012 previa um investimento capital de **21,9 milhões de euros**, e que foi corrigido para **9,1 milhões de euros**, mas a despesa paga, foi apenas de **4,4 milhões de euros**, ou seja, muito aquém das previsões apresentadas no GOP 2012.

Importa ainda referir que as Despesas Correntes corrigidas são de **24,6 milhões de euros**, (inicialmente eram de **29,7 milhões de euros**), sendo a despesa paga no valor de **15,2 milhões de euros** e a despesa por pagar no valor de **8,4 milhões de euros**, aproximadamente.

RECEITAS

Se considerarmos a Receita Inicial prevista no orçamento de 2012, no valor de **51,6 milhões de euros** (aquela que o executivo entendeu até Dezembro de 2012 como exequível), e considerando ainda, o valor que foi realizado, cerca de **20 milhões de euros**, a sua execução financeira seria de 39,2%.

No Passivo do Município em 2012, lamentavelmente, a dívida a curto prazo aumentou de **18,5 milhões de euros**, para **19,1 milhões de euros**. Já nos acréscimos e diferimentos também se regista um aumento em relação a 2011, ficando agora pelos **18,9 milhões de euros**. De registar também uma diminuição das dívidas à Banca, em cerca de 1 milhão de euros, sendo o

seu valor de **9,2 milhões de euros**. Ou seja, o passivo desta autarquia situa-se em **47,4 milhões de euros** aproximadamente. Um custo assumido que futuras gerações terão que pagar.

É também mais um adiamento das propostas assumidas para 2012 e naturalmente, uma contínua protelação das suas promessas deste mandato e de mandatos anteriores.

Não tendo o CDS concordado com o orçamento previsto para 2012, e pelas razões expostas, o Vereador do CDS/PP vota contra este relatório de Contas e por conseguinte não o subscreve.”

Mirandela, 08 de abril de 2013.

O Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial



João Paulo Fraga